



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10580.009354/91-64

Sessão de: 23 de setembro de 1993

Recurso nº: 91.672

Recorrente : COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA

Recorrida : DRF EM MACEIO - AL

D I L I G Ê N C I A nº 203-00.170

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA**.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do relator.**

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1993.

OSVALDO JOSÉ DE SOUZA - Presidente

RICARDO LEITE RODRIGUES - Relator

RODRIGO DARDEAU VIEIRA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

hr/jm/cf/gb



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10580.009354/91-64

Recurso nº: 91.672

Diligência nº: 203-00.170

Recorrente: : COMPANHIA AÇUCAREIRA USINA LAGINHA

## R E L A T O R I O

Conforme Notificação de fls. 03, exige-se da contribuinte acima identificada o recolhimento de Cr\$ 208.535,06, a título de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Taxa de Serviços Cadastrais, Contribuição Sindical, CNA e CONTAG, correspondentes ao exercício de 1991 do imóvel de sua propriedade denominado "Fazenda Bom Sucesso", cadastrado no INCRA sob o código 244.040.261.149-6, localizado no Município de Maceió - AL.

Inconformada com a exigência constante do mencionado Documento de fls. 03, a empresa notificada procedeu à Impugnação de fls. 01, pleiteando a redução do ITR/91, que não foi concedida por indicação indevida de débitos anteriores. Aduz também, que houve bi-tributação nas contribuições CNA e CONTAG. Para fundamentar suas alegações, anexa, às fls. 02, cópia xerográfica do Certificado de Cadastro e Guia de Pagamento do ITR/90.

As fls. 06, a Divisão de Tributação da DRF em Maceió informa que a contribuinte está em débito com o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural do exercícios de 1988.

A autoridade julgadora de primeira instância, às fls. 10/11, julgou procedente o lançamento consubstanciado na Notificação de fls. 03, fundamentando a sua decisão nos seguintes "consideranda":

"CONSIDERANDO estar o processo revestido das formalidades legais;

CONSIDERANDO que a contribuinte não atendeu dentro do prazo a solicitação para comprovar o (s) pagamento (s), conforme comprova-se à (s) fl.(s) 08 do processo;

CONSIDERANDO que à data do lançamento do ITR/91, estando o contribuinte com débito (s) em exercício (s) anterior (es), conforme consta à fl.(s) 06 do processo, perde o mesmo o direito ao benefício fiscal de redução, previsto na Lei nº 6.746/79;

CONSIDERANDO tudo o mais que do processo consta."

PA



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10580.009354/91-64

Diligência nº: 203-00.170

Irresignada, recorre a empresa notificada tempestivamente, a este Conselho, fls. 14/17, apresentando os seguintes fatos e argumentos de defesa:

a) há vários anos a empresa vem, anualmente, requerendo a redução dos valores do ITR, vez que o aludido imóvel de sua propriedade está enquadrado nas condições de beneficiário de redução de 90% sobre o valor do referido imposto;

b) esses pedidos de redução foram feitos nos anos de 1987 e 1988 ao INCRA, que era a Autarquia Federal competente para deferir tais pedidos;

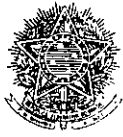
c) esses pedidos de redução do ITR demoravam muito para serem apreciados e deferidos, daí o descontrole das informações disponíveis na Delegacia da Receita Federal, que recebeu todos os dados fornecidos pelo INCRA a partir da data que assumiu a responsabilidade de fiscalização e recolhimento do ITR;

d) a empresa está quite em relação a "débitos de exercícios anteriores", conforme comprova a guia do ITR - exercício 1990, já anexada aos presentes autos;

e) no que se refere ao exercício de 1988, acrescenta que recebeu orientação do próprio INCRA, no sentido de proceder ao recolhimento do ITR "na conta corrente de Autarquia em pagamento à vista", conforme se prova pelo Ofício INCRA/SR-22/AL/C nº 168/92, de 08/10/92, anexado, por cópia, às fls. 19/21.

Por fim, a recorrente solicita seja tornada sem efeito a decisão recorrida, para que lhe seja concedido o benefício fiscal da redução do ITR, prevista na Lei nº 6.746/79.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10580.009354/91-64

Diligência nº: 203-00.170

VOTO DO CONSELHEIRO - RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

Os documentos existentes neste processo, na minha opinião, não elucidam a questão, daí a impossibilidade de um julgamento correto da lide.

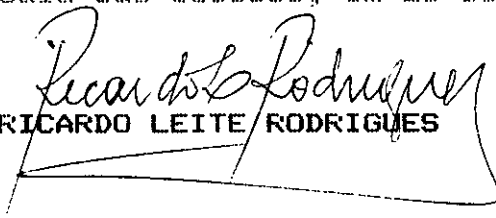
Assim sendo, voto para que se converta este julgamento em diligência à repartição de origem, a fim de que seja solicitado ao INCRA - AL:

a) confirmação da autenticidade do documento anexado às fls. 19/20, já que o mesmo é uma cópia e não está autenticada; e

b) cópia autenticada do comprovante de depósito efetuado pela recorrente na conta daquela repartição, conforme consta no documento citado no item anterior.

PK

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1993.

  
RICARDO LEITE RODRIGUES